

VIVA LIBERATO!

20 de Julho de 2022



***“...servi o meu país com todo o cabedal
da minha inteligência...”***

Joze Liberato Freire de Carvalho.

Da força da opinião

Lisboa , 27 de Julho de 1827 – “in Gazeta de Lisboa”

Conta-se que ao entrar em Roma o Gaulês Breno, Ihe perguntara um velho Romano: — “E como te atreves, ó bárbaro, a vir aqui insultar-nos? Qual é o teu direito?” Consta também, que o bárbaro Ihe respondera: — "Entro aqui pelo direito mais sagrado que há na natureza : o meu direito é a força”. Mal pensava então o bárbaro Gaulês , que por esse mesmo direito, que ele chamava Sagrado, viria um dia em que as Gálias seriam também entradas e caladas, e acabariam por ser uma Província Romana. A estulta ideia deste bárbaro tem sido, e ainda é hoje a de todos aqueles, que falsamente se persuadem que a força física é tudo , e que a força moral não é nada. Quem é que teve mais força nos tempos modernos do que Napoleão Bonaparte? Ninguém. Apesar disso, chegou-lhe também a sua hora, e no dia da infelicidade foi obrigado a exclamar: atentei contra a pública opinião, e morri! Assim, morrerão todos os que, não fazendo caso das grandes lições da experiência, contarem só com a força física do momento, e desprezarem, mal avisados, a irresistível força moral, que nasce da opinião. Há uma grande diferença entre a força física e a força moral : a primeira diminui sempre, e consome-se com o uso e com o tempo; a segunda cresce sempre, aumenta-se , e robóra-se com o mesmo uso e com o tempo. E a razão é evidente , porque toda a força física tem um termo, e toda a força moral é

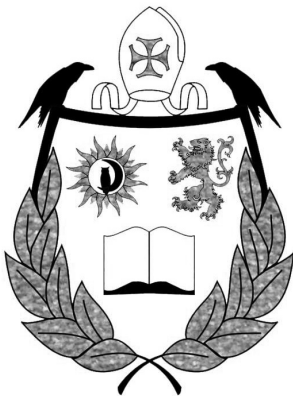
ilimitada como é ilimitado o desenvolvimento das faculdades intelectuais da espécie humana. Se é pois uma verdade inegável , que toda a força física cede ao tempo, como é que tantos homens irreflectidos só põem sua confiança nesta força, e desprezam com uma espantosa cegueira a força moral, sempre crescente e poderosa? A única razão que se pode dar desta notabilíssima inconsequência , é a força cega das paixões, que obscurece alguns entendimentos humanos, e irremediavelmente os leva ao precipício. Um dos motivos porque em geral se faz tão pouco caso da opinião é, porque vendo-a nascer sempre fraca, e quase obscura , insensatamente se persuadem , que a sua infância é de séculos , e que nunca ou com dificuldade chega a um estado de consistência e robustez. Mas este erro é crassíssimo; porque sendo verdade que a opinião, assim como todas as coisas, têm a sua infância, contudo , o seu desenvolvimento é de ordinário tão rápido, que muitas vezes entre o seu nascimento e a sua idade robusta apenas se pode marcar intervalo. É a opinião exactamente a imagem da fálscia de fogo escondida no centro da pederneira, e neste estado apenas percebida ; mas que ao primeiro toque do fuzil é muitas vezes capaz de produzir um incêndio inextinguível. Desgraçados aqueles que desprezam esta sua imensa força vital, e que sempre se persuadem, que a hora do seu

desenvolvimento ainda não chega! Sendo este o carácter da opinião, e sendo esta o resultado necessário de um juízo, que simultâneamente sempre fazem muitos homens acerca do mesmo objecto, é evidentíssimo, que quando este simultâneo juízo sobre um objecto dado for feito geralmente por toda uma Nação , exprime ele sem dúvida a vontade geral ; e neste caso o resistir-lhe com tenacidade e ousadia será, com efeito, uma temeridade perigosa , de que nunca podem nascer senão mui fatais consequências. Para estas grandes verdades devem sempre olhar com muita atenção os governantes; porque, não o fazendo assim, o menor risco que podem correr é o desprezo: e que força ou influência pode ter um Governo se chega a cair no público desprezo? Se o resistir à opinião , quando ela é muito pública e geral , é o meio seguro de perder a força moral , e após esta logo a força física; também o seguir prudente e pausadamente a mesma opinião, é o meio poderosíssimo de conseguir e conservar ambas as forças, isto é, a força moral e a força física, sem as quais nunca se podem exigir respeito e obediência. O Governo mais forte, mais poderoso, e mais enérgico, que hoje se conhece na Europa, é o Governo Britânico. E donde é que ele tem tirado, e ainda tira toda a sua força, todo o seu poder, e toda a sua energia? É da opinião pública, a alma deste prodigioso Governo.

Sem primeiro estar seguro de que a sua marcha política é conforme com a opinião geral da Nação, nunca o Ministério Inglês ousa dar um passo; e daqui resulta, que, uma vez em movimento , corre sempre forte e resolutamente , porque está certo, que nenhuns embaraços encontrará em seu caminho. Como poderá, por tanto, acontecer o mesmo em uma Nação em que teimosamente se desprezar a pública opinião , e onde os membros que compuserem o Governo não gozarem desta prerrogativa essencial ? Não é possível que tal suceda; e o resultado inevitável será, que, principiando por ser desprezados, serão afinal desobedecidos. Se ainda pudesse haver alguma dúvida acerca dos poderosos efeitos da opinião , os últimos acontecimentos desta Capital , que todos temos presenciado ou ouvido, seriam uma prova irrefragável de quanto acabamos de dizer; isto é: que o arrostar a opinião é lutar contra um rochedo, que fica sempre impassível, deixando prostrado quem a ele inconsideradamente se arremessa. Não sejam pois inúteis as lições da experiência: a opinião ou se há-de dirigir com muita sabedoria e prudência; ou se há-de arrostar temerariamente com ela. O primeiro meio é o mais prudente, e seguro; o segundo é o mais arriscado e temerário; e pode ter resultados fatais.

José Liberato Freire de Carvalho

Breve História da Comissão Liberato



COMISSÃO LIBERATO

As origens da Comissão Liberato remontam ao ano de 2013, quando um grupo de cidadãos de Coimbra, reuniu esforços para homenagear de forma condigna José Liberato Freire de Carvalho, um vulto da nossa História e da cidade de Coimbra, em particular, dando a conhecer a sua Vida e Obra ao abrigo de um programa comemorativo desenhado para assinalar, numa fase inicial, os 160 anos da sua morte, efeméride destacada a partir de 2015 e, numa segunda etapa, o 250.º aniversário do seu nascimento, que decorre no presente ano. Os objetivos da comissão foram apresentados, publicamente, no Salão Nobre da União de Freguesias de S. Martinho do Bispo e Ribeira de Frades a 31/03/2014, pelos elementos que a constituíam e que desde aquela data mantiveram a chama acesa das comemorações: Prof.^a Dr.^a Isabel Nobre Vargues (FLUC, Membro do Instituto de História e Teoria das Ideias), Dr. Manuel Seixas (Médico Anestesiologista), Sr. Jorge Veloso (Presidente da União das Freguesias de S. Martinho do Bispo e Ribeira de Frades), Dr. Armando Martinho (Geógrafo e Assessor Principal BAD), Dr. Alcino Silva (Psicólogo), Dr. João Pinho (Historiador).

Os principais objetivos da Comissão foram atingidos na plenitude, apesar da escassez de apoios e recursos: homenagear e perpetuar, na forma de divulgação e evocação, o Homem conimbricense e a sua Obra, realçando o seu envolvimento em aspetos cruciais da lenta implantação do Liberalismo em Portugal tais como; Ideologia Liberal, Setembrizada, Vilafrancada, Guerra Peninsular, Guerra Civil, Triunfo do Liberalismo sobre o Absolutismo, entre outras. Entre as múltiplas iniciativas da Comissão Liberato, destacamos as mais significativas na seguinte linha do tempo: **Em 2014:** promoveu a apresentação pública à imprensa da comissão e suas intenções, aprovou o símbolo da comissão elaborado pelo artista Sérgio Eliseu, lançou uma página na rede social Facebook, e participou na Semana Cultural de S. Martinho do Bispo com apresentação do Vinho “Liberato”. **Em 2015:** a Câmara Municipal de Coimbra aprovou o topónimo José Liberato permitindo a inauguração da rotunda em Montessão; apresentação no Café Santa Cruz, da reedição da obra “Arte de Pensar”, do Abade de Condillac, traduzida por José Liberato em 1794, então com 22 anos; identificação e de limpeza do jazigo de Liberato no Cemitério dos Prazeres, em Lisboa (jazigo nº 886, Rua 6-A); lançamento de uma medalha comemorativa, de uma pequena edição do Selo Liberato e um lote de espumante. **Em 2016:** Romagem ao Cemitério dos Prazeres, em Lisboa, tendo como guia Moita Flores; Missa na Igreja de S. José em memória dos mortos no campo de honra de Madrid; lançamento do livro “Memórias da Liberdade e do Constitucionalismo” no café Santa Cruz, com apresentação de Isabel Vargues e Apolinário Lourenço (ambos da

FLUC); descerramento de uma lápide em Santo-Felgueiras homenageando Custódio Pereira de Carvalho. **Em 2017:** apoio à reedição da tese de doutoramento do Prof. Mário Simões Dias, sobre a vida e pensamento de José Liberato Freire de Carvalho data-da de 1966. **Em 2018:** elaboração de textos para edição de livro de bolso sobre a Vida e Obra de José Liberato; identificação e transcrição parcial de textos inéditos de José Liberato à guarda da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada; apoio à apresentação de livro “2º Visconde de Santarém (1791-1856): uma biografia intelectual e política, no café Santa Cruz, pelo investigador Dr. Daniel Protásio; homenagem a José Ferreira Pinto Basto, nos jardins do núcleo museológico e museográfico da Vista Alegre, com descerramento de lápide e conferência pela professora Isabel Vargues; **Em 2019:** Apoio à edição da tese “A importância de se chamar Português: José Liberato Freire de Carvalho na direcção do Investigador Português em Inglaterra, 1814-1819” da investi-

gadora Adelaide Maria Muralha Vieira Machado; integração de sumário biográfico sobre José Liberato, que integrou um número especial do jornal Campeão das Províncias sobre a União de Freguesias de S. Martinho do Bispo e Ribeira de Frades; elaboração de registo áudio-fotográfico sobre a sua vida e obra, pelo investigador João Pinho e com apoio da Rádio Regional do Centro, disponível na plataforma youtube.com; realização de palestra na Universidade Sénior do Mondego. **Em 2020:** Edição das “Memórias da Regeneração de 24 de Agosto de 1820”, obra apresentada no Café Santa Cruz como resultado duma colaboração entre a Comissão Liberato, Pró-Associação 8 de Maio (Coimbra), Associação Cívica e Cultural 24 de Agosto (Figueira da Foz), e Editorial Moura Pinto (Coja, Arganil). **Em 2022:** inauguração do busto de José Liberato, na rotunda com o seu nome, em Montessão, a 31 de março, quando se cumpriram 167 anos sobre a sua morte; integração nas comemorações do 250.º aniversário de José Liberato, do texto cedido pela Biblioteca Maçónica do Baixo Mondego, a partir de uma publicação digital comemorativa dos 200 anos da sentença de anulação da condenação de Gomes Freire de Andrade (1822-2022) e dos 220 anos de fundação do Grande Oriente Lusitano (1802-2022); Apresentação do livro “O Nascimento do Jornalismo Português Livre, na casa Municipal da Cultura, de Coimbra, da autoria de Luís Francisco Munaro; É de assinalar, com especial relevo, a **exposição itinerante sobre a Vida e Obra de José Liberato**, que durante os anos de 2015 a 2018 esteve patente ao público em diversos espaços culturais do país.

João Pinho



Londres e as luzes do exílio

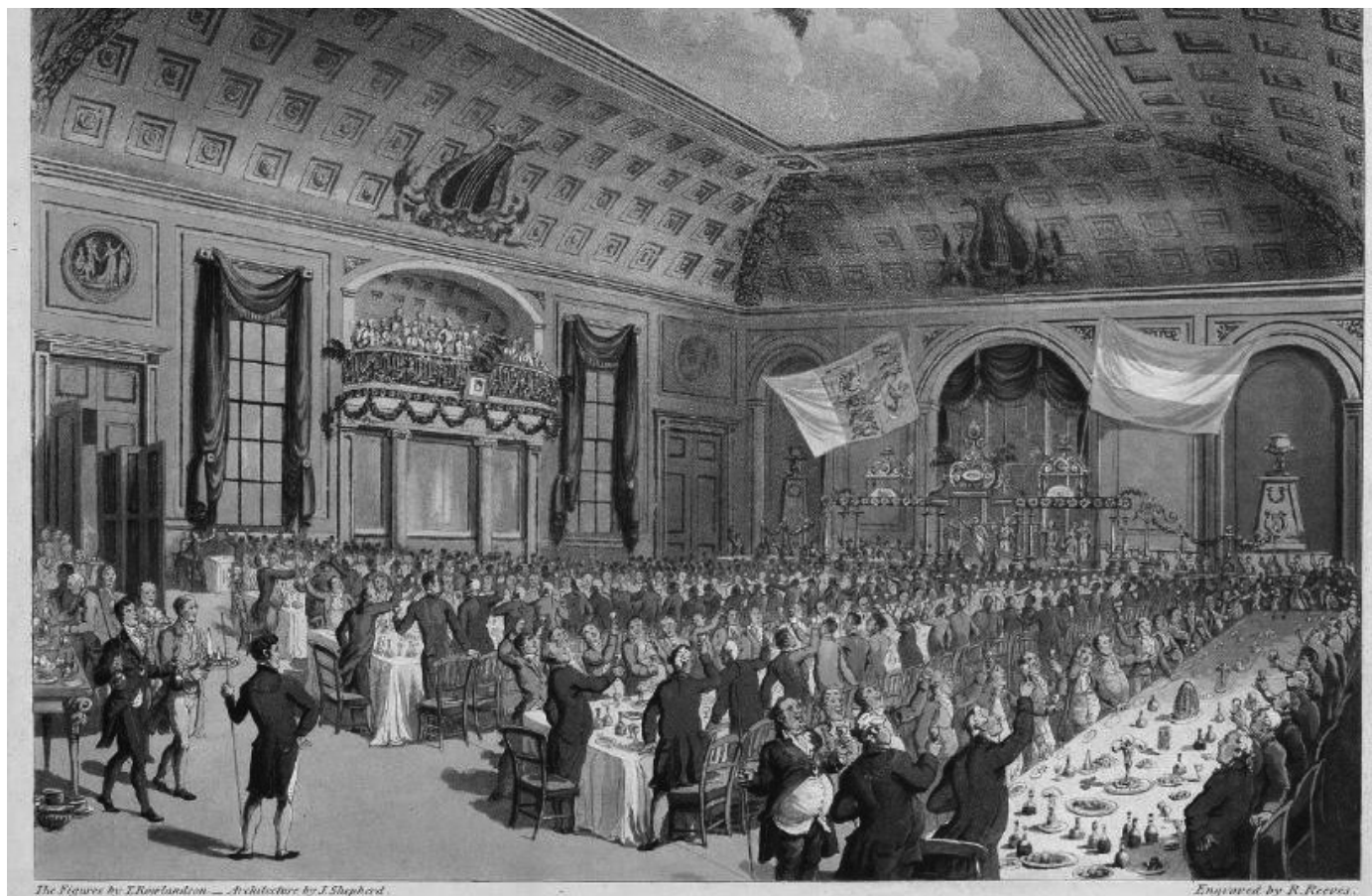
“A emigração forçada tem para o coração humano as mesmas amarguras do desterro” – Alexandre Herculano, in *Opúsculos*

Após a reforma pombalina da Universidade (1772), e, principalmente, pelo brado soletrado da revolução francesa, houve em Portugal todo um movimento ilustrado, em demanda das luzes, que o “abalo revolucionário de 1820” alimentou e ampliou cívica e moralmente. Na verdade, as principais obras do pensamento iluminista (lidas no original) chegavam cedo a Lisboa e às “prósperas cidadezinhas” da província, contornando a censura, sendo avidamente lidas pelas elites que se reuniam animadamente em curiosas tertúlias por todo o país (conventos, clubes, assembleias, gabinetes de leitura, bibliotecas particulares, cafés, botequins, casas de pasto). Será dessas calorosas tertúlias, ou “fala da liberdade”, que uma renovada oratória e uma noviciada linguagem consentiu em agrupar homens e associar virtudes, pensamentos e saberes, que da Europa luminosamente sopravam. E, naturalmente, estabelecer relações e amizades (“Amor ao Mundo”) que uniram, na esfera pública, preclaros cidadãos em busca da ideia de liberdade, do “bem comum” e da felicidade terrena.

Essa sociabilidade ou sistema de relações (Maurice Agulhon) vai-se intensificando no final de Setecentos, traçando redes de relacionamentos interpessoais, novas práticas simbólicas, novas experiências sociais e políticas na esfera pública. A palavra impressa nos livros, folhetos e periódicos (papéis “ímpios e sediciosos”), a convivialidade dos clubes, a atividade das sociedades secretas e das lojas maçônicas, vão promover a ilustração, a difusão da cidadania e a promessa da regeneração da pátria, fortalecendo a ideia da liberdade cívica, do constitucionalismo liberal e da cultura política. No começo das primeiras décadas de Oitocentos (com as invasões francesas, o domínio inglês, as perseguições políticas e o exílio liberal), o espaço de sociabilidade e circulação do ideário liberal vai-se fortalecer, ganhando alento, particularmente durante o terror miguelista, uma notável dimensão social e cultural de matriz liberal, uma “Republica das Letras”, fortemente marcada pela elite no exílio.

Se os trabalhos historiográficos sobre a emigração liberal são hoje desafiados, o memorialismo português à volta da condição e experiência desse exílio permanece escasso, não existindo uma análise sistemática em torno do reencontro e cruzamento de algumas figuras liberais com as memórias (em diários, textos epistolares ou em periódicos) das suas vivências políticas. Porém, é possível traçar uma investigação histórica em torno do trânsito individual e das redes de relação (dinâmica relacional) por essas personagens da emigração liberal - hoje perfeitamente identificada - de modo a elucidar, enriquecer e iluminar melhor esses ambientes políticos coletivos, abordando criticamente essa vivência da condição de exílio.

O exílio liberal português tem, ao que aqui nos interessa, três momentos distintos entre si: o primeiro ocorre antes da revolução de 24 de Agosto de 1820, em resultado da perseguição da regência aos “ímpios” liberais, ao filosofismo e maçonnismo; o segundo momento (1823) verifica-se depois da Vilafrancada e o terceiro em 1828, após o malogro da Belfastada. São situações com características e dimensões diferentes mas que “prepararam com maior ou menor atividade, no



exílio, a transformação da sociedade portuguesa” (Isabel N. Vargues e Luís R. Torgal).

Muito antes da revolução liberal de 1820 eram muitos os expatriados políticos que procuraram acolhimento por terras da Inglaterra, França, Bélgica, Espanha, Brasil e, entre eles, uma parte da nossa elite mais ilustrada: Félix de Avelar Brotero (1778), Filinto Elísio (1778), Abade Correia da Serra (1795), Silvestre Pinheiro Ferreira (1797), D. Leonor de Almeida ou Marquesa de Alorna (1802), Hipólito José da Costa (1805), Francisco Solano Constâncio (1807), Vicente Pedro Nolasco Pereira da Cunha (1807), Bernardo José Abrantes e Castro (1809), os Setembrizados Domingos Vandelli, Jácome Ratton, José Diogo de Mascarenhas Neto, Sebastião José Saldanha (1810), João Bernardo da Rocha Loureiro (1812); em Junho de 1823, partiram para o exílio (alguns para o seu segundo exílio), parte dos primeiros vintistas como Agostinho José Freire, Almeida Garrett, Bernardo Sá Nogueira, Duarte Lessa, Francisco Simões Margiochi, José Ferreira Borges, José Joaquim Ferreira de Moura, José da Silva Carvalho; a partir de Fevereiro e Junho de 1828 têm de se homiziar, Joaquim Larcher, José Estevão de Magalhães, José Pinto Rebelo de Carvalho, Manuel da Silva Passos, Marco Vaz Preto, Paulo Midosi, Rodrigo da Fonseca Magalhães, entre outros milhares de portugueses que fogem, “roubados, nus, famintos e esfarrapados” (Gomes de Amorim), ao terror miguelista, a caminho da Corunha e, mais tarde, sobrevivendo nos célebres barracões de Plymouth, de má memória. Para a grande maioria dos expatriados, o exílio forçado trazia “uma das mais profundas misérias humanas” (Alexandre Herculano) e amargo desterro pelo espírito, em que a privação e a dor eram um combate diário e heróico pela dignidade e a honra, um grito de saudade. José Liberato Freire de Carvalho (1772-1855), o ex-cónego de Santo Agostinho D. José do Loreto Freire, parte para o seu primeiro exílio político em Londres, em finais de 1813, depois de uma aventureira e atribulada fuga (ver as suas Memórias da Vida). Este primeiro abrigo de Liberato pro-

longa-se até 1821; durante esse tempo foi figura pioneira da propaganda liberal, integrado na ilustre corrente dos “jornais de Londres” - Correio Braziliense (1808), O Investigador Português em Inglaterra (1811), O Espelho Político e Moral (1813), O Português (1814), O Campeão Português em Londres (1819) - onde a cidade de Londres, essa “filha mimosa da liberdade”, era um posto politicamente avançado, um polo aglutinador do liberalismo e do debate político; e se Liberato considerou, nos seus escritos do exílio, que a “decadência de Portugal” tinha, em parte, influência da Inglaterra, pois “toda a sua grandeza está fundada na pobreza ou no abatimento das nações continentais” (Ensaio Histórico-Político, 1830), não deixou de registar a percepção ilustrada da liberdade e do conhecimento que ali viveu.

José Liberato saiu de Portugal em finais de 1813, passando por criado de um tal Mr. Smith (negociante inglês) e com o suposto nome de “Manuel Rodrigues” – enredo planeado para a sua fuga pela família Ferreira Pinto Basto, de quem era especial amigo (cf. Memórias). Homiziado em Londres, diz que foi recomendado a duas pessoas, que “conhecia o dr. [Bernardo José de] Abrantes [e Castro]” (fundador e redactor principal do Investigador Português, que vai convidar Liberato para tomar o seu lugar nesse periódico) e diz que foi ter com o seu antigo “conhecido [J. P.] Aillaud”, em casa de quem vai residir por algum tempo (J. P. Aillaud foi livreiro em Coimbra, depois em Paris; foi responsável pela edição da sua tradução dos Anais de Tácito e, depois, em associação com Hector Bossange, toma a seu cargo a edição do Ensaio Histórico-Político) antes de se mudar para a casa deixada vaga por Abrantes e Castro; encontra-se, também, com o poderoso Conde de Funchal, frequentando depois a sua casa, aos Domingos, onde de juntavam “quase todos os portugueses, que viviam em Londres”.

Londres foi, desde logo, para José Liberato, “pela sua extensão, comodidades e riqueza”, a “principal capital das nações da Europa”, uma terra livre; ali conheceu gente de diversos extratos sociais e profissões, dirigiu

O Investigador e O Campeão, confrontando politicamente Hipólito José da Costa (Correio Braziliense) e João Bernardo da Rocha Loureiro (O Português), principalmente na abordagem da questão do regime constitucional; vai residir numa “Lodgia” (quarto-particular), convive com o diplomata e intelectual, Cipriano Ribeiro Freire, dá-se com o empresário Francisco Teixeira de Sampaio, tece amizade com o comerciante português e seu protector, Custódio Pereira de Carvalho; despede-se do jornal O Investigador e vai visitar Paris, onde conhece o irrequieto Joaquim Ferreira de Freitas (O Padre Amaro) e encontra Cândido José Xavier (que escrevia nos Anais das Ciências e das Artes, com Mouzinho de Albuquerque e o algarvio José Diogo Mascarenhas Neto); funda o seu próprio jornal, que sai a 1 de Julho de 1819, O Campeão Português em Londres, tendo o curioso prospecto do periódico circulado no fim do mês anterior.

Deste modo, e desde a sua chegada a Londres, as redes de sociabilidades que Liberato estabelece no círculo da emigração, algumas delas “seladas pelo malhete” (Vitorino Nemésio), assim como os laços afectivos do debate, partilha e solidariedade na comunidade londrina - como a frequência na City of London Tavern, sediada em Bishopsgate Street, o “local mais distinto que há em Londres” (Liberato) e lugar de causas políticas, públicas e privadas, onde reunia o selecto Clube dos Negociantes Portugueses – vinca-ram-lhe a determinação cívica, cultural e moral.

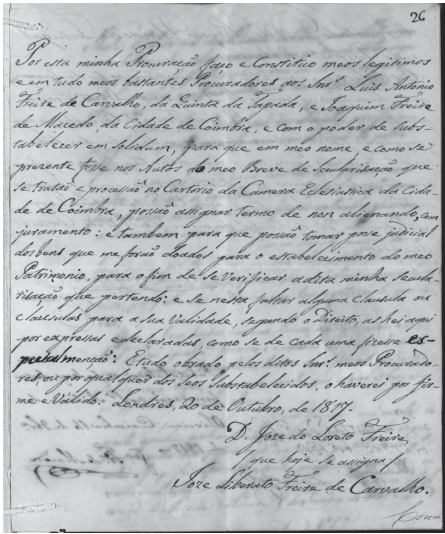
Para José Liberato Freire de Carvalho “não bastava ser livre, era necessário saber sê-lo” (Zília Osório de Castro) e pode-se dizer que esse tributo não foi jamais beliscado, tal era o seu amor à Liberdade e à Pátria. O que nos mostra como os grandes homens auspiciosamente resistem à história, no seu combate contra o despotismo, na defesa da absoluta liberdade de consciência, dos direitos civis e na garantia da liberdade e da Justiça, como foi, entre nós, o caso de José Liberato Freire de Carvalho.

José Manuel Martins

Procuração de Liberato

Corria o ano de 1817 quando teve início, na Câmara Eclesiástica de Coimbra, o processo de secularização de D. José do Loreto. Este era o nome que José Liberato Freire de Carvalho adotara, quando ingressou na ordem dos Cônegos Regulares de Santo Agostinho, no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, onde tomou o hábito crúzio, em 1787. Obtivera já o Breve Apostólico para secularização, ao qual juntara uma certidão do seu ingresso na referida ordem, bem como a certidão da sua profissão religiosa. O secretário crúzio, D. João de Nossa Senhora, assinou essa certidão, em 8 de abril de 1818, confirmando que vira o Livro de Entradas dos Noviços no Mosteiro de Santa Cruz e ali constava que tomara o habito de cônego regular, em 7 de outubro daquele ano. Tinha apenas 15 anos de idade e esse será o argumento para solicitar a sua saída da ordem religiosa: “sendo de quinze anos de idade entrou para o Claustro da sua Congregação, e nela professou sem vocação alguma, ignorando, e menos tendo um perfeito conhecimento do peso das obrigações que devia observar[...] pelo que tem vivido aflito e descontente, chegando a perturbação do seu espírito a pontos de sair do claustro sem licença do seu superior e se conduziu a Londres aonde tem vivido e vive” (NB: foi atualizada a grafia que consta no texto do processo de secularização).

Este processo está hoje preservado no Arquivo da Universidade de Coimbra, integrando o acervo da Cúria Diocesana de Coimbra (com a cota III-1.^aE-12-2-5). Quando este processo de secularização decorria em Coimbra, José Liberato, como se disse, já tinha saído do país, vivendo então em Londres. Esta é a razão da existência do documento



que agora se divulga. Trata-se da procuração autógrafa, dada por José Liberato, assinada em Londres, em 20 de outubro de 1817, a seu irmão Luís António Freire de Carvalho e a Joaquim Freire Macedo para que, em seu nome, possam tratar de todos os assuntos relativos à sua secularização, assinando documentos e possam tratar do que era necessário, quanto ao património que deveria entregar para a dita secularização. Volta a afirmar que as causas que alegou para a sua secularização “são puras e verdadeiras” numa vontade manifesta de reafirmação dos verdadeiros sentimentos da sua tomada de decisão. Ao assinar a procuração, com o nome de D. José do Loreto Freire, diz também «que hoje se assigna José Liberato Freire de Carvalho». Mesmo antes de concluída a secularização, alterara já o seu nome, afastando-se do nome de religião, com o qual já não se identificava.

Ana Maria Leitão Bandeira
Arquivista, A.U.C.

José Liberato e a Junta Apostólica

Sob a designação de Junta Apostólica, José Liberato Freire de Carvalho (1772-1855), cujo 250º aniversário de nascimento se comemora a 20 de Julho próximo, invoca diversas realidades político-institucionais. Em obra publicada em 1830 mencionava de forma necessariamente velada. Primeiro, designa-a como sinónimo de Santa Aliança: “a poderosa aristocracia europeia, a qual, ultimamente enrigementada [arregimentada] debaixo das bandeiras da chamada Santa Aliança e, depois, debaixo do título de Junta Apostólica, trabalhava toda em comum, e ora em público, ora em segredo, na extirpação de todas os princípios de reformas políticas, ou de uma legal liberdade (José Liberato Freire de Carvalho, Ensaio histórico-político sobre a constituição e governo do reino de Portugal, Paris, Hector Bossange, 1830, p. 234). Adiante na mesma obra, evocando os acontecimentos das Cortes Ordinárias portuguesas de Dezembro de 1822, refere uma filial portuguesa da Junta Apostólica de França, que designa por “facção apostólico-absolutista”, a qual se ergue em armas na província de Trás-os-Montes contra a ordem pública vintista (Idem, Idem, pp. 248-250). A propósito dos eventos da Vila-Franca (de Maio-Junho de 1823), fala na “junta apostólica e todos os seus aderentes e missionários em Portugal, dos quais era cabeça visível a rainha” (Idem, Idem, p. 262). Treze anos depois (1843), Liberato afirma que Fernando VII de Espan-

nha e D. Miguel I de Portugal haviam sido “os dous instrumentos que a santa aliança, ou junta apostólica, fazia mover e auxiliava para manter o absolutismo na Europa e impedir o progresso das ideias liberais” (Memórias com o título de anais para a história que durou a usurpação de D. Miguel, por..., vol. IV, Lisboa, Imprensa Nevesiana, 1843, p. 192). Indica, ainda, que o conde de Bourmont vem auxiliar o rei português “por ordem da junta apostólica e santa aliança dos reis déspotas” (Idem, Idem, p. 336). É muito curioso que José Liberato Freire de Carvalho não associe a Junta Apostólica à restauração da Companhia de Jesus, durante o reinado de D. Miguel. Critica, em diversos momentos da sua obra jornalística, a acção dos Jesuítas na história de Portugal (suspeitando da possibilidade da sua infiltração no Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves em 1820). Mas não estende ao período da chamada Usurpação tais manobras de bastidores, político-religiosas. Por fim, assinala-se que José Liberato, tão cáustico com os seus contemporâneos, não pormenoriza nem os meandros, nem a sorte da aliança entre miguelistas e carlistas, decisiva no desfecho da guerra civil portuguesa de 1832-1834 e no desencadear da Primeira Guerra Carlista (1833-1840).

Daniel Estudante Protásio
Arquivo Histórico,
Misericórdia de Lisboa

Obras publicadas

- 1794 – Traduz e edita “Arte de Pensar” do Abade Condillac
- 1801 – Escreve o jornal “As Variedades”, em colaboração com o seu irmão António
- 1814 – Começa a escrever em “O Investigador Português em Inglaterra”
- 1819 – Funda e redige “O Campeão Português”, em Londres
- 1822 – Funda e redige “O Campeão Português em Lisboa”
- 1827 – Redige a “Gazeta de Lisboa”
- 1828 – Escreve no “Paquete de Portugal”, em Londres
- 1830 – Escreve e edita o “Ensaio Histórico-político sobre a Constituição e governo de Portugal”, em Paris
- 1830 – Edita a sua tradução de “Anais de Tácito”, em Paris e no Rio de Janeiro
- 1832 – Escreve e edita “Reflexões sobre um parágrafo do Manifesto do Senhor D. Pedro, duque de Bragança”, em Londres
- 1840 – Escreve e edita “Ensaio político sobre as causas que prepararam a Usurpação do Infante D. Miguel no anno de 1828, e com ela a queda da Carta Constitucional em 1826”, em Lisboa
- 1841 – Escreve e edita “Memórias com o título de Anais para a história do tempo que durou a usurpação de D. Miguel”, em Lisboa
- 1845 – Edita a sua tradução de “Os Mystérios de Londres”, de Francis Trollop, em Lisboa
- 1848 – Escreve e edita “A Carta e os seus vinte e dois anos de idade”, em Lisboa
- 1849 – Edita a sua tradução de “Os Amores de Paris”, de Paul Féval, em Lisboa
- 1850 – Edita a sua tradução de “O Rapazinho Piquillo Alliaga”, de E. Scribe
- 1851 – Edita a sua tradução de “Antónia ou a Menina das montanhas”, de Elias Berthet, em Lisboa
- 1851 – Edita a sua tradução de “O máscara de Ferro”, de Camile Leynadier, em Lisboa
- 1852 – Edita a sua tradução de “A História da Bastilha”, de Camile Leynadier, em Lisboa
- 1855 – Escreve as suas “Memórias da Vida”, publicadas postumamente, em Lisboa.

José do Loreto

José Freire de Carvalho decidiu aceitar as influências de seu irmão António (mais velho de 3 anos, então já Regrante de Santo Agostinho), e seguir-lhe os passos. Também os silenciosos olhares da sua mãe D. Joaquina apontavam nesse sentido e os conselhos de seu pai, o doutor Ayres Antunes, o recomendavam vivamente. José nasceu no que teria sido a bela quinta de Montessão (Monte São ou Montesão), propriedade da sua mãe, no lugar onde hoje se situam a Fundação Bissaya Barreto, o Lar Graça de S. Filipe e outros, na margem esquerda do Mondego. Aos 15 anos submeteu-se a provas de acesso e foi aprovado, tomando o hábito de noviço. Costume de todas as ordens, o profano muda de nome ao entrar no noviciado. José optou por Loreto – JOSÉ DO LORETO. É sabido, conhecido, aceita e confessado pelo próprio. Mas nunca foi explicada ou encontrada a razão da sua escolha. Sabemos da comum devoção portuguesa à Senhora de Loreto, a localidade italiana que alberga o Santuário com o mesmo nome e a imagem da Virgem Negra com o Menino ao colo. Sabemos que era frequente, entre os Cônegos Regrantes de Santo Agostinho, a escolha de um nome relacionado com a mãe de Jesus: D. VITORINO DE MARIA SANTÍSSIMA, D. JOÃO DA ASSUNÇÃO, D. ANTÓNIO DA



EXPECTAÇÃO, D. JOÃO DA NATIVIDADE, D. JOÃO DA CONCEIÇÃO, D. JOÃO DO CORAÇÃO DE MARIA, D. ANTÓNIO DE NOSSA SENHORA DO CARMO, D. THEOTONIO DE NOSSA SENHORA DA PORTA, D. ANTÓNIO DA VISITAÇÃO ... Porque terá José escolhido este nome de noviço? Será que haveria uma tradição familiar de devoção à Senhora do Loreto? Um hábito de visita à Capela de Nossa Senhora do Loreto, em Coimbra, datada de finais do século XVII? Ou seria porque a localidade do Loreto, na margem direita do Mondego, se situava quase em frente à quinta onde José nasceu e os seus belos campos encimados pela ermida eram uma referência dos seus momentos de recreação junto às margens do rio ou nos passeios de barca a partir do porto de Montessão que então existia na sua quinta?

Manuel Seixas

Edição 200 exemplares

Distribuidos gratuitamente em Coimbra no dia 20 de Julho de 2022, no 250º aniversário do nascimento de José Liberato.

Editorial Moura Pinto.

Comissão Liberato.

Capa de Alberto Pessimio.



JOSÉ LIBERATO FREIRE
DE CARVALHO
250 ANOS
COIMBRA 1772-2022



Editorial Moura Pinto